



Leia todo o livro em: 10.1787/agr_pol-2013-en

Monitoração e Avaliação da Política Agrícola 2013. Países da OCDE e Economias Emergentes

Sumário em Português

Sobre este relatório: A Monitoração e Avaliação da Política Agrícola examina a situação da política agrícola em 47 países que representam quase 80% do valor acrescentado agrícola global, mas que são diversos em termos de desenvolvimento, de características dos seus setores agrícolas, das suas opções em matéria de políticas e dos auxílios que fornecem aos agricultores. Esses países incluem os países membros da OCDE e da UE, bem como várias economias emergentes que são importantes intervenientes nos mercados alimentar e agrícola: Brasil, China, Indonésia, Cazaquistão, Rússia, África do Sul e Ucrânia.

Os auxílios aos produtores aumentaram em 2012, contrariando uma tendência de longo prazo: Nos 47 países, uma média de cerca de um sexto das receitas agrícolas brutas provêm de políticas públicas voltadas para a assistência aos agricultores. A Estimativa dos Auxílios aos Produtores (PSE), um indicador de transferências monetárias aos produtores agrícolas, atingiu 17% das receitas agrícolas brutas em 2012, comparativamente aos 15% registrados em 2011. A mais longo prazo, porém, os auxílios aos agricultores vêm diminuindo: Em 1995-97, foram de 21%, mas em 2010-12 ficaram numa média de 16%. As mudanças observadas nos auxílios à agricultura nos últimos anos têm sido muitas vezes originadas por evoluções nos mercados internacionais e não por mudanças específicas de políticas.

Os níveis de auxílios são muito variáveis: O auxílio à agricultura na América do Norte caiu de 12% para 9% ao longo dos últimos 15 anos. Na Europa (bem como na Turquia e em Israel), baixou de 34% para 20%. A tendência é menos clara no Cazaquistão, na Rússia e na Ucrânia, onde o nível médio de subvenção foi de 11% em 1995-97 e de 12% em 2010-12, mas com grande variabilidade no período intermediário. O nível de auxílios à agricultura na Ásia também registra uma grande flutuação, mas a média tem permanecido amplamente estável ao longo dos últimos 15 anos – um total de 22% em 1995-97 e de 20% em 2010-12. Na Coreia e no Japão, o nível de auxílios agrícolas é alto, mas tem vindo a diminuir lentamente. Na China e na Indonésia, é baixo, mas tem aumentado. Por fim, os países do hemisfério sul (Austrália, Brasil, Chile, Nova Zelândia e África do Sul) caracterizam-se por níveis de auxílios baixos e estáveis, tendo registrado uma média de 4% em 2010-12.

O auxílio à agricultura tem diminuído nos países da OCDE: Com uma média de 19% em 2010-12, o auxílio à agricultura nos países da OCDE está hoje reduzido a cerca da metade do que foi em meados dos anos 80. Também tem havido uma bem-vinda diminuição nas formas de auxílio à agricultura que eram suscetíveis de acarretar deturpações no plano da produção e do comércio internacional: Representaram 11% das receitas agrícolas brutas em 2010-12, ou seja, um terço dos níveis registrados em meados dos anos 80.

O ritmo da diminuição do auxílio à agricultura é lento em algumas economias: Em várias economias, os altos níveis de auxílio à agricultura têm diminuído, mas lentamente, ao passo que em outras economias têm tendência a aumentar, embora a partir de níveis baixos. Estas evoluções estão muitas vezes ligadas a objetivos de autossuficiência em matéria de produtos agrícolas e alimentares.

Assim, na China, na Indonésia, no Japão, na Noruega, na Rússia e na Turquia continua a ser alta a dependência da proteção das importações, do apoio aos preços de mercado e dos pagamentos relacionados com a produção.

O auxílio à agricultura na União Europeia é mais desvinculado da produção: As reduções graduais no apoio aos preços de mercado e nos pagamentos relacionados com a produção têm sido acompanhadas de aumentos em pagamentos desvinculados da produção em curso, que são, por conseguinte, menos suscetíveis de acarretar distorções – uma mudança de orientação política mais visivelmente implementada no decorrer das duas últimas décadas na Suíça e na União Europeia. A maior parte, porém, desses pagamentos não são voltados para objetivos específicos, não sendo, por conseguinte, orientados para deficiências específicas nos mercados.

As preocupações ambientais têm baixa prioridade nas políticas de auxílio à agricultura: A forte dependência da agricultura dos recursos naturais significa que a sustentabilidade ambiental é um importante desafio. Apesar disso, as preocupações ambientais tendem a continuar a ser pouco prioritárias no plano político. Alguns países têm, porém, adotado instrumentos políticos de amplas bases que exigem que os agricultores que recebem pagamentos cumpram com um certo número de normas mínimas ambientais.

Principais conclusões e recomendações

As políticas restritivas têm de ser substituídas: Os países devem afastar-se de políticas que restringem o comércio internacional e o funcionamento dos mercados, o que pode acarretar o isolamento dos produtores e consumidores domésticos relativamente aos mercados internacionais. Devem, pelo contrário, dar mais liberdade para que os agricultores e os consumidores possam tomar as suas próprias decisões em matéria de produção e consumo, adotando políticas voltadas para insuficiências específicas dos mercados. As medidas sanitárias e fitossanitárias, que, juntamente com medidas técnicas, exercem um impacto crescente no comércio agroalimentar, devem ter base científica e ser aplicadas de maneira transparente e previsível.

Ter por objetivo a autossuficiência custa caro: O vínculo entre uma mais alta autossuficiência e uma melhor segurança alimentar é tênue. Sobretudo nas economias menos desenvolvidas, o acesso aos alimentos pode ser melhorado através da redução da pobreza e do aperfeiçoamento da segurança social, bem como através de um maior investimento no aumento da produção doméstica, na melhoria do acesso às importações (e aos mercados de exportações) e da criação de reservas alimentares de emergência. Os objetivos restritos de autossuficiência conduzem frequentemente os países a aumentarem a proteção das fronteiras e o apoio aos preços de mercado, taxando, na verdade, os consumidores e dificultando o acesso aos alimentos, pelo menos a curto prazo. As políticas orientadas para a produção, tais como os pagamentos em função do rendimento e as subvenções para insumos, deturpam as decisões dos produtores e podem desviar as despesas públicas de práticas mais produtivas.

Os pagamentos não devem isolar demasiadamente os agricultores relativamente aos riscos: Os agricultores e os governos utilizam uma grande variedade de instrumentos de gestão de riscos, com vista a estabilizar os rendimentos agrícolas. Todavia, embora esses instrumentos possam ajudar a diminuir as flutuações nos níveis de rendimentos agrícolas domésticos, podem, por outro lado, exportar instabilidade para os mercados mundiais e carecer de eficiência como meios de transferência de rendimentos. Os pagamentos com vista à atenuação dos riscos relativos aos rendimentos devem restringir-se a compensar os agricultores em caso de eventos catastróficos que não possam ser evitados e não devem impedir que os agricultores gerenciem os riscos normais vinculados às suas atividades profissionais e que recorram ao uso de instrumentos de gestão de riscos baseados nos mercados.

Os pagamentos baseados em níveis de referência passados podem apresentar inconvenientes: Os pagamentos mais desvinculados das decisões de produção em curso podem transferir rendimentos com maior eficácia e são menos suscetíveis de acarretar distorções na produção e no comércio exterior. Todavia, quando esses pagamentos são muito elevados, podem influenciar as decisões dos produtores, moldando as respectivas expectativas, na medida em que enriquecem o seu patrimônio. Por outro lado, também tendem a favorecer as grandes empresas agrícolas e muitas vezes não estão vinculados a objetivos específicos, tais como o aumento dos baixos rendimentos agrícolas e o aumento da sustentabilidade ambiental. Outras opções de políticas também devem ser estudadas, como medidas nas áreas da segurança social e do meio ambiente, apoio para serviços gerais à agricultura e políticas agrícolas com alvos específicos.

Uma maior atenção deve ser dada aos investimentos públicos no setor, de uma forma geral: A política de inovação é fundamental para o aumento da produtividade agrícola. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, educação, bem como serviços de vulgarização e de consultoria, que proporcionam altas vantagens sociais a longo prazo. As despesas em outros serviços gerais para o setor, como sistemas de segurança alimentar e de garantia da qualidade alimentar, bem como infraestrutura estratégica rural e de mercado, também contribuem para a rentabilidade, competitividade e sustentabilidade do setor a longo prazo.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2013), *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2013. OECD Countries and Emerging Economies*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/agr_pol-2013-en